

Coluna do Castello

Ao sucessor o pior problema

“**A** Constituinte transferiu ao meu sucessor, o presidente que assumirá em 15 de março de 1990, o pior problema: saber, em 1993, se continuará no cargo como chefe do governo ou como rainha da Inglaterra”, disse o Sr. José Sarney, ao comentar o dispositivo aprovado que determina a realização na última data de plebiscito para optar por regime e sistema de governo, se monarquia ou república e se parlamentarismo ou presidencialismo. O presidente gostou da decisão da Assembléia de determinar revisão constitucional cinco anos depois de promulgada a nova Carta, pelo quórum da maioria absoluta, reunido o Congresso em câmara única.



Lembra o presidente Sarney que, promulgada a Constituição, cerca de 200 leis, muitas delas complementares, deverão ser votadas pelo Congresso, pois delas dependerá a viabilização do próprio texto constitucional. Ele pretende participar do processo, seja propondo alguns projetos seja estimulando entendimentos entre lideranças e parlamentares e governo para equacionamento das soluções adequadas. Para ele, a decisão da Constituinte atribuindo-lhe o mandato de cinco anos “não é um divisor de águas mas um espaço aberto à solidariedade, indispensável para que a sociedade possa em conjunto enfrentar os problemas com que se defronta a nação”.

Sem triunfalismo, disse o presidente que a decisão tomada na véspera demonstrava que mandato de cinco anos correspondia ao sentimento dominante na Constituinte. Da sua parte, isso o conforta pois partiu dele a iniciativa de propor à Assembléia a definição do seu mandato. Depois de dois anos de discussão, não lograram, seus opositores mobilizar massas populares contra sua proposta de completar a transição democrática dentro de um lapso de tempo que lhe parece indispensável para que se eliminem os obstáculos ao ingresso do país na plenitude democrática.

A resistência aos cinco anos esteve, segundo o Sr. Sarney, sempre dirigida por grupos radicais ou por aspirantes à sucessão presidencial. Se se convocasse eleição presidencial para este ano o processo da transição “não fluiria” politicamente assim como a campanha que estaria nas ruas impossibilitaria os esforços do governo para reordenar a economia nos moldes em que está fazendo com perspectivas de êxito. “Estou certo de que não houve um sentimento nacional contra o mandato de cinco anos”, insistiu, alegando que as pesquisas que apontam índices de impopularidade do presidente afetam igualmente os políticos que tentaram em vão articular resistências à tendência dominante na Constituinte. “Com a

maioria ficaram os governadores que registram os melhores índices de popularidade”, acrescentou, referindo-se ao apoio que teve dos governador Álvaro Dias (com 92% favoráveis nas pesquisas de opinião), Geraldo Melo (com 84%), Tasso Jereissati (com 76%) e Newton Cardoso (com 62%).

Quanto ao segundo turno de votação na Constituinte, o presidente prefere manter-se na atitude que tem adotado até aqui, confiante em que as lideranças que sustentam a política do governo saberão se coordenar para definir os pontos votados no primeiro turno que devam ser suprimidos para que se restabeleça o sentido de unidade da Constituição, promovendo-se a eliminação do que possa ter sido aprovado por mero impacto emocional ou por injunções de conjunturas políticas já ultrapassadas. Dessa forma não pretende mais designar comissão que o assessorasse na matéria, esperando que os líderes conjuguem esforços para promover, no âmbito da Constituinte, as supressões que lhes pareçam necessárias.

Prefere o Sr. José Sarney resguardar-se, desempenhando o papel do presidente, que é o de harmonizar conflitos. Suas relações com o deputado Ulysses Guimarães não sofreram alteração, tendo o presidente da Constituinte telefonado pessoalmente ao presidente da República para cumprimentá-lo pela decisão da maioria. Amanhã ele passa o governo ao deputado paulista, seu substituto, que despachará no Palácio do Planalto até o dia 8, data marcada para seu regresso dos Estados Unidos.

O presidente José Sarney acha que sua presença na reunião extraordinária da Assembléia da ONU é perfeitamente pertinente, pois corresponde ao seu governo a responsabilidade de, em comum acordo com o governo da República Argentina, ter retirado a América Latina da corrida nuclear. “Somos um continente pacífico”, disse, lembrando que o Brasil, que tem fronteiras com dez países, é uma das nações mais desarmadas da América do Sul, vivendo em paz com todos os seus vizinhos.

Respondendo finalmente a uma pergunta disse o presidente José Sarney que o presidente da República pode não eleger seu sucessor mas pode fazer muito para impedir que se eleja quem se propuser a substituí-lo com ânimo de contestá-lo.